Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS anacampos.df@dabr.com.br



Projeto em tramitação na Câmara Legislativa tira nome de Piquet do autódromo de Brasília

Proposta em tramitação na Câmara Legislativa muda o nome do Autódromo Nelson Piquet, dentro do Complexo Ayrton Senna, para Autódromo de Brasília. A proposta, do deputado distrital Fábio Félix (PSol), foi apresentada no ano passado, quando foi divulgada entrevista em que o tricampeão de Fórmula 1 chama o piloto inglês Lewis Hamilton de "neguinho", além de outros comentários considerados homofóbicos. Por conta disso, Piquet foi condenado pela 20ª Vara Cível de Brasília a pagar uma indenização de R\$ 5 milhões, que será

destinada a fundos de promoção da igualdade racial e contra a discriminação da comunidade LGBTQIA+. Com a notícia ontem de que o ex-presidente Jair Bolsonaro deixou na casa de Piquet presentes caros que ganhou, divulgada pelo Estadão, Félix acredita que a proposta de retirar a homenagem ganha força: "Pro Nelson Piquet, ser negro e LGBT é motivo pra ofensa, mas contrabando de joias milionárias é ok. Por essas e outras, apresentei o projeto de lei nº 2912/2022 pra retirar o nome de Nelson Piquet do Autódromo de Brasília", disse o distrital do Psol.

Interlocução

Integrantes das forças de segurança do DF estão preocupados com a chegada de Jair Bolsonaro a Brasília. O problema não é tanto o desembarque na cidade, mas o dia a dia. O ex-presidente, que

levou uma facada em 2018, gosta de andar pela rua, a pé e de moto, entre as pessoas. O risco é elevado e vai exigir muita interlocução com a equipe da segurança de Bolsonaro.

"Décadas apoiando
Lula, noto que seu novo mandato
está patético. Cair na trampa de ex-juiz
desqualificado, incapacidade de resolver
problemas do BC etc. Não devia ter me
empenhado na campanha. Perdi leitores, não
estou vendo meu voto ter valido a pena"

Paulo Coelho, escritor



SÓ PAPOS



"Que conclusão apressada! São quatro anos de mandato!"

Arlete Sampaio (PT), ex-deputada distrital e ex-vice-governadora do DF



Nomeação

No almoço do Lide ontem, promovido pelo empresário Paulo Octávio, o vicepresidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), André Clemente, lembrou que o ex-secretário de Fazenda do DF Everardo Maciel havia assinado seu termo de posse, em 1993, como auditor tributário. Com a memória fresca, aos 75 anos, o agora consultor jurídico e professor universitário o corrigiu. Foi em 1994. Secretário da Receita Federal do governo FHC, Everardo foi o convidado para falar sobre reforma tributária.



CNMP aprova Código de Ética do MP

Depois de 19 anos de discussões, em várias composições do plenário, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou ontem por unanimidade o Código de Ética do Ministério Público. As regras de conduta foram estabelecidas por resolução e valem como uma linha de atuação bem sintonizada com o momento atual do

CNMP/Divulgação

país. O conselheiro Jaime de Cassio Miranda, relator da proposição, disse que ouviu todos os 26 Ministérios Públicos estaduais e os quatro ramos do Ministério Público da União que apresentaram críticas e sugestões. O novo código é afinado com os casos julgados pelo próprio CNMP: estabelece regras, como transparência das investigações para os advogados e alvos, e sigilo funcional, quando os procedimentos estiverem em segredo de justiça. Recomenda também que integrantes do MP não usem a função para propósitos políticos e nem como promoção pessoal. Recentemente, o CNMP puniu procuradores que atuaram na Operação Lava-Jato do Rio de Janeiro que divulgaram informações sobre uma denúncia envolvendo os ex-senadores Romero Jucá e Edison Lobão. Ontem, os conselheiros negaram recursos do ex-coordenador da Lava Jato do Rio, Eduardo El Hage, e aplicaram a pena de suspensão por 30 dias.

Respeito às prerrogativas

Para o conselheiro Rodrigo Badaró, que ocupa assento da OAB no CNMP, a aprovação por unanimidade do novo Código de Ética do Ministério Público é um avanço. "O Código de Ética, depois de muito debate, se apresenta como uma bússola para os membros do MP brasileiro. Nele notamos a convergência em torno de questões como sigilo, participação política, abuso de manifestações e respeito às prerrogativas de todos os atores do sistema de justiça."

Balanço das eleições de 2022

Temas polêmicos do ciclo eleitoral 2022 com repercussão no direito e na política — como os atos antidemocráticos de 8 de janeiro, a violência de gênero e fake news — estarão em destaque no 12º Ciclo de Debates da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), que será realizado amanhã e sexta-feira, em Brasília. "Faremos um grande balanço de tudo de mais relevante em relação às eleições de 2022", afirma Luiz Fernando Pereira, coordenador-geral da Abradep, que encerra seu mandato este mês. Hoje, a Abradep lança o livro *Federação de Partidos: coletânea de artigos sobre aplicação da Lei 14.208/2021*. A obra conta com 34 artigos sobre o tema e tem a participação de cinco ex-presidentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministros do STF: Dias Toffoli, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso (prefácio) e Luiz Fux (posfácio), que, na ocasião, fará um discurso sobre a coletânea.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

SATI

DEMOCRACIA SOB ATAQUE

Distritais da comissão que investiga os atos antidemocráticos querem que Supremo compartilhe documentos

CPI se reúne com Moraes

» ARTHUR DE SOUZA

m mais um passo nas investigações, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) se reúne hoje, às 10h, com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes.

O presidente da Comissão, deputado distrital Chico Vigilante (PT) adianta que a CPI enfrenta algumas dificuldades com as pessoas que estão sob investigação do STF, que não estaria compartilhando com os membros da comissão a documentação que tem. "Estamos indo ao ministro Alexandre de Moraes para dizer, pessoalmente, a responsabilidade que temos com essa CPI, além do porquê de entendemos que é importante o compartilhamento das investigações feitas pelo Supremo até agora, respeitando os processos sigilosos", destaca.

"Como relator dos inquéritos que investigam atos golpistas, Alexandre de Moraes é uma figura importante para a CPI, e a colaboração do STF é essencial para avançarmos de maneira eficaz com os trabalhos", completa.

O **Correio** apurou que, dos sete membros titulares, dois pediram para serem substituídos pelos suplentes no encontro, que será no TSE. O deputado Robério Negreiros (PSD) e a deputada Jaqueline Silva (sem partido) serão representados pelos distritais Martins Machado (Republicanos) e Paula Belmonte (Cidadania), respectivamente.

Alinhamento

Relator da CPI, o deputado Hermeto (MDB) informa que outros temas em pauta na reunião com Moraes serão a convocação do exsecretário de Segurança Pública Anderson Torres, preso desde que desembarcou no Brasil, em 14 de janeiro, e de oficiais do Exército, para depor em plenário, além de visitas aos detidos em razão dos atos de vandalismo. "Na prática, o ministro e a CPI buscam responsabilizar os envolvidos nos atos. Essa visita é para tratarmos de assuntos em comum", frisa.



O ministro vai receber os deputados distritais em seu gabinete do TSE $\,$

Questionado sobre o que a comissão deve apresentar ao ministro, em relação aos depoimentos ouvidos na CLDF, o relator diz que a CPI não pode ser injusta com ninguém. "Passaremos as impressões que temos tido, entre elas, a de que a PMDF tem sua culpa, mas essa responsabilidade deve ser dividida com uma série de erros, incluindo a manutenção do acampamento

em frente ao QG do Exército e a a interferência de oficiais, evitando a retirada dos manifestantes e também impedindo a polícia de efetuar prisões em 8 de janeiro", antecipa Hermeto.

O deputado Fábio Félix (PSol) comenta sobre a importância do encontro. "Isso é para que possamos gerar mais fluidez na relação da CPI com o Supremo", aponta o parlamentar. É urgente apurar se autoridades públicas participaram de um plano golpista contra a democracia. Esperamos, também, que a conversa com o ministro viabilize o acesso a documentos importantes para que a CPI possa cumprir seu papel", observa Félix.

Oitivas

A sexta reunião ordinária da CPI, marcada para amanhã, vai ouvir o tenente-coronel da PMDF Jorge Henrique da Silva Pinto, que teria alertado a respeito dos atos antes de 8 de janeiro. O oficial da PMDF estava em um grupo de WhatsApp denominado "Difusão", que servia para o repasse de notícias sobre manifestações na capital federal.

O calendário de oitivas da CPI para abril também está definido. Os primeiros a falar, no dia 4, serão os empresários do ramo varejista-atacadista no DF Joveci Xavier de Andrade e Adauto Lúcio de Mesquita, que teriam sido responsáveis pela contratação de um trio elétrico para os atos de 8 de janeiro. Em 13 de abril, será a vez da coronel

Cíntia Queiroz de Castro (PMDF), subsecretária de Operações Integradas da SSP-DF, que declarou à Polícia Federal que a PM não fez o "devido planejamento". No dia 20, serão ouvidos o tenente-coronel Paulo José (PMDF), que, em 8 de janeiro, estava no lugar do então comandante do Departamento Operacional (DOP) da PM, coronel Jorge Eduardo Naime; e o coronel Fábio Augusto Vieira (PMDF), comandante-geral da corporação no dia dos atos. Por fim, em 27 de abril, vão depor Alan Diego dos Santos e George Washington de Oliveira Souza, envolvidos na tentativa de explosão de um caminhão-tanque no aeroporto de Brasília, em 24 de dezembro.

A comissão aprovou ainda requerimento para convocar o general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI); o general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-chefe do Comando Militar do Planalto; e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), Marco Edson Gonçalves Dias.